

Herdeiros de FH já se movimentam

■ Candidatáveis do PSDB, e de outros partidos, buscam espaços fazendo críticas ao governo e desgastando a aliança

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA – A corrida para suceder o presidente Fernando Henrique Cardoso está esquentando dentro do PSDB. O governador do Ceará, Tasso Jereissati, pôs seu nome na rua fazendo críticas públicas à política econômica e cobrando a imediata adoção de medidas desenvolvimentistas. O ministro da Saúde, José Serra, também está em campo e usa sua gestão no ministério para se viabilizar para a opinião pública e as bases tucanas. O principal nome do PSDB, porém, continua sendo o governador Mário Covas (SP), aclamado na convenção de maio como candidato, mas é incerto por causa de sua saúde.

Embora afirmando publicamente que é muito cedo para falar

de sucessão, os tucanos se movimentam nessa direção, como os demais partidos aliados ou de oposição, e tratam na prática de dar ao segundo mandato de Fernando Henrique clima de fim de governo.

Antecipação – “Na reeleição o Fernando Henrique era o nome natural. Em 2002 não existe esta candidatura natural e, por isso, a campanha se antecipa, porque todos se julgam em condições de ser candidato”, disse o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE).

Correndo por fora, Ciro Gomes, que é candidato pelo PPS, namora com lideranças tucanas – como os governadores Dante de Oliveira (MT) e Marcone Perillo (GO) – e pode se beneficiar de um insucesso do governo Fernando Henrique.

No PSDB há um consenso de que Covas está em vantagem e de que, se não for candidato, a disputa poderá ficar insuportável. “Sem o Covas, a candidatura fica em aberto”, resumiu Paulo Hartung, simpatizante de Serra. “O partido tem uma hierarquia. O primeiro da lista sucessória é o Covas, o segundo é o Tasso e o terceiro é o Serra”, afirmou o presidente do partido em São Paulo, deputado Paulo Kobayashi, seguidor de Covas. Mas o predomínio dos paulistas incomoda tucanos do restante do país. “O Covas e o Serra têm a força do PSDB paulista a seu favor, mas o partido deve escolher um nome que possa se apresentar melhor ao eleitorado”, disse o secretário-geral do PSDB, deputado Márcio Fortes (RJ).

O presidente Fernando Henri-

que Cardoso e seus assessores mais próximos não escondem preocupação pelo fato de a sucessão ter se antecipado. Ocorre que, para se posicionar na opinião pública, todos os pré-candidatos, do PSDB e de outros partidos transformaram, direta ou indiretamente, o seu governo e o seu estilo de governar em alvo. O governador Mário Covas, para demonstrar firmeza, bateu duro no acordo que levou a nova fábrica da Ford no Brasil para a Bahia – costurado pelo presidente com um de seus principais aliados, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Alternativa – O governador Tasso Jereissati mostrou a cara e se colocou como alternativa criticando a política econômica, falando justamente para São Paulo, o

maior colégio eleitoral do país. Tasso não se limitou a pedir juros baixos e medidas para estimular o crescimento, temas constantes das declarações de Covas, mas mudanças estruturais destinadas a proteger a economia nacional das turbulências internacionais.

O ministro José Serra, que se declara candidato ao governo de São Paulo, também trabalha sua imagem nacional reagindo, periodicamente, ao corte de verbas para a saúde e amplificando todas as ações que, nesta área, têm grande apelo popular.

Desagregação – O problema para o presidente e seu governo é que, para vender suas idéias, Covas, Tasso e Serra usam a mídia. Essas manifestações de inconformismo, que agradam aos militantes e à opinião públi-

ca, sugerem, externamente, desagregação no apoio ao governo. No plano interno, o tom crítico adotado pelos tucanos engrossa o discurso da oposição e estimula que outros aliados – do PFL e do PMDB – também joguem para a platéia. Tantas cenas explícitas dos herdeiros do trono transformaram os primeiros meses do segundo mandato em um salve-se quem puder.

O discurso oficial do governo é o de que a relação do PSDB e dos aliados não poderia ser diferente pois não há uma candidatura à reeleição para uni-los, como em 1998. Mas para o presidente as manifestações atrapalham seu governo e as metas do segundo mandato: consolidar as mudanças estruturais e melhorar a capacidade gerencial do governo.